



NOTA TÉCNICA CNPG N. 006, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Tema: Proposição CNMP n. 1.00622/2017-84

Ementa: Nota Técnica em que se pretende levar à apreciação do plenário do CNMP a posição do CNPG acerca da Proposta de Resolução que “Dispõe sobre critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de membro do Ministério Público Brasileiro

O CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO (CNPG), em cumprimento ao objetivo estatutário de defender os princípios institucionais do Ministério Público, expede a presente Nota Técnica, aprovada na Sessão Plenária realizada em 4 de dezembro de 2017, acerca da Proposta de Resolução n. 1.00622/2017-84, de autoria de então conselheiro FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, atualmente sob a relatoria do Conselheiro MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, em andamento no Conselho Nacional do Ministério Público, nos seguintes termos:

1. Tramita perante o Conselho Nacional do Ministério Público a Proposição n. 1.00622/2017-84, em que se pretende levar à apreciação do plenário do CNMP a aprovação de Resolução que “Dispõe sobre critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de membro do Ministério Público brasileiro”.

2. Na justificativa apresentada, o douto autor da proposta informa que ela é resultado de grupo de trabalho instituído pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, a partir de sugestões apresentadas por membros colaboradores do CNMP, tendo como foco a atuação resolutiva do Ministério Público e a necessidade de se fomentar a atuação extrajudicial, por meio do incentivo dos membros pelo reconhecimento do mérito de seu trabalho ao envidar esforços para a solução de uma demanda a eles submetida, seja pela utilização de formas alternativas à judicialização, seja por sua atuação em parceria ou colaboração com outros órgãos, mas sempre objetivando a busca de soluções eficientes, eficazes e de reconhecida efetividade. Argumenta ainda o autor da proposição que o reconhecimento do mérito de uma atuação resolutiva, além de atender ao disposto na Constituição, refletirá positivamente no desempenho do cargo, seja pela motivação profissional ou pelo atendimento de anseios pessoais.

3. A proposição, portanto, ao tratar da temática da promoção ou remoção de membros do ministério Público pelo reconhecimento do mérito da atuação



ministerial estimula a atuação resolutiva, que se reverte em real atendimento dos anseios da sociedade em ter no Ministério Público um agente promotor da transformação social.

4. Examinando-se o teor da proposta mencionada, verifica-se que, a despeito da importância do fim que ela pretende atingir, qual seja, tornar mais objetiva a aferição do critério de merecimento, com especial destaque para a atuação ministerial no âmbito extrajudicial, nota-se que da forma como estão redigidos os seus dispositivos, o seu desiderato não será alcançado.

5. De início, mostra-se desnecessária a abertura de um capítulo I (“Das disposições gerais”), ante a ausência de outros capítulos e, especialmente, porque o texto da proposta tem poucos artigos, recomendando-se, assim, que esse destaque seja suprimido.

6. Quanto ao conteúdo da proposta, percebe-se que o art. 3º traz uma série de conceitos indeterminados, com alto grau de abstração e um tanto quanto vagos, dificultando a compreensão de seu sentido e alcance, em descompasso com o escopo da proposta.

7. Nesse contexto, os parágrafos do referido artigo, ao procurarem definir os conceitos principais de “eficiência, eficácia, efetividade”, por exemplo, valem-se de expressões jurídicas que constam de outras leis, como se vê em seu § 1º, ao dizer que se “entende por atuação ministerial efetiva aquela que defende a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis”, em explícita alusão ao art. 127 da Constituição Federal, o que não proporciona uma aferição concreta e objetiva do critério de merecimento.

8. Tal constatação aplica-se, de igual modo, aos demais parágrafos do mencionado art. 3º, além do que a normativa em foco relega, ao segundo plano, a atuação dos membros cujas atribuições restringem-se à esfera judicial, em desacordo com a essência do próprio art. 1º, em que ressalva “a natureza das atribuições de cada área de atuação”.

9. Ademais, conquanto relevante o devido reconhecimento da atuação extrajudicial, a proposta não aponta parâmetros seguros para se aferir e comparar, de forma objetiva e concreta, o merecimento entre colegas concorrentes com atribuições substancialmente distintas, em que, por exemplo, um deles atue somente em matéria relativa ao direito de família ou exclusivamente em juizados especiais criminais e o outro, apenas em matérias de ordem extrajudicial. No primeiro caso, é natural que suas atribuições não guardem pertinência com as diretrizes geralmente definidas nos planejamentos estratégicos do Ministério Público, o que, paradoxalmente, a teor do *caput* do art. 3º, deve ser sempre observado.



10. Assim, consignadas acima as observações mais importantes sobre o texto atual da proposta, sugere-se, de forma meramente exemplificativa, que ela contemple os seguintes pontos, destinados a tornar mais objetiva a aferição do merecimento dos membros do Ministério Público, como a atuação em demandas cíveis ou criminais de efetivo risco, a exemplo daquelas desenvolvidas em grupos de atuação especial; a atuação cumulativa em mais de uma Promotoria de Justiça; dentre outros.

11. Ao ensejo, vale o registro de que inúmeras Leis Orgânicas dos Ministérios Públicos dos Estados contemplam em seu texto critérios de natureza objetiva para a aferição do merecimento, como, por exemplo, a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás, dentre os quais destacam-se os seguintes: a) a assiduidade; b) conceito funcional constante em assentamentos da instituição ou apurado em inspeções permanentes, através dos Procuradores de Justiça, dos elogios inseridos em julgados dos Tribunais, da publicação de trabalhos forenses de sua autoria; c) o número de vezes que já tenha constado em listas de merecimento; d) o aprimoramento de sua cultura jurídica, através da participação em cursos especializados e de aperfeiçoamento, publicação de livros, teses, estudos, artigos e obtenção de prêmios relacionados com sua atividade funcional; e) as informações constantes nos relatórios relativos a visitas de inspeção e correição; f) o exercício efetivo de cargo em Promotoria de Justiça considerada como de difícil provimento.

12. É preciso pontuar, ainda, que se revela constitucionalmente adequada a manutenção da *ratio* contida no art. 3º da atual Resolução n. 2/2005 do CNMP, no sentido de prestigiar a autonomia de cada ramo do ministério Público, dando a oportunidade, ao respectivo Conselho Superior, de definir, se necessário, outros parâmetros ligados às suas peculiaridades, sem prejuízo da observância daqueles que o CNMP vier a apontar na nova Resolução.

13. Na esteira da bem lançada observação do nobre relator, Conselheiro Marcelo Weitzel Rabello de Souza, segundo o qual “a presente matéria, por envolver o (re)estabelecimento de critérios que afetam diretamente o desenvolvimento das carreiras do Ministério Público e, conseqüentemente, a gestão da respectiva unidade ministerial”, com imenso e inegável impacto em toda a Instituição, recomenda-se que haja um aprofundamento do debate em questão, com alterações na proposta, de modo a torna-la mais justa, equilibrada e fiel ao fim almejado, conferindo, de forma concreta, maior transparência, impessoalidade, moralidade e, sobretudo, objetividade ao processo de apuração do mérito dos membros do Ministério Público brasileiro.

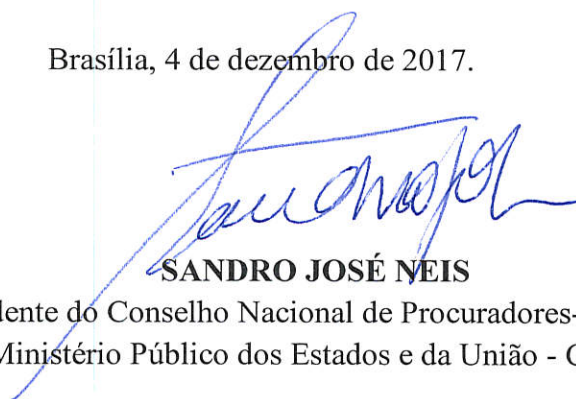
14. Deve-se atentar, todavia, que a matéria objeto de análise versa sobre o regime estatutário do Ministério Público, devendo observar, desse modo, a



necessária reserva de lei complementar e a iniciativa dos respectivos Procuradores-Gerais, na forma do art. 128, 5º, da Constituição da República.

15. Em face do exposto, manifesta-se o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG pela rejeição da Proposta de Resolução n. 1.00622/2017-84.

Brasília, 4 de dezembro de 2017.



SANDRO JOSÉ NEIS

Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do
Ministério Público dos Estados e da União - CNPG